



Bolsa Família e a construção das *capabilities* entre agricultoras familiares quilombolas do Baixo Tocantins, Pará¹

Bolsa Família and the construction of *capabilities* among quilombola family women farmers of Baixo Tocantins, Pará

Marcelo Rodrigues Lopes, Graduando, UFPA, marceloagro016@gmail.com;

Monique Medeiros, Doutora, UFPA, mmedeiros@ymail.com;

Andréia Tecchio, Doutora, UFRJ, deiatecchio@yahoo.com.br.

Resumo

Este trabalho objetiva compreender a relação entre a operacionalização do Programa Bolsa Família (PBF) e a construção de *capabilities* por mulheres agricultoras da comunidade quilombola de Porto Alegre – Cametá, PA. Para tanto, a construção metodológica se baseou na pesquisa bibliográfica, observação participante e história oral. Referente a esse último instrumento metodológico, seis mulheres quilombolas beneficiárias do PBF foram ouvidas. Os dados foram analisados à luz da abordagem teórica de Amartya Sen sobre *capabilities*. Os resultados indicam que o PBF é um importante instrumento para a construção de *capabilities* na vida das mulheres de Porto Alegre. A operacionalização dessa política pública lhes potencializa a autonomia e modifica positivamente suas subjetividades, por meio da ampliação da garantia de alimentação para elas e seus familiares, das possibilidades de melhorias na estrutura de suas casas e de sua incidência positiva nas dinâmicas agrícolas da comunidade.

Palavras-chave

Mulheres rurais, Política Pública, Autonomia, Desenvolvimento Rural.

Abstract

This work aims to understand the relationship between the operationalization of the *Bolsa Família Program* (PBF) and the construction of *capabilities* by female farmers from the Quilombola community of Porto Alegre - Cametá, PA. Therefore, research methods included: bibliographic review, participant observation and oral history. Regarding oral histories, six Quilombola women, beneficiaries of the PBF, were interviewed. Data were analyzed in the light of Amartya Sen's theoretical approach to *capabilities*. Results indicate that the PBF is an important tool for building *capabilities* in the lives of women in Porto Alegre. The implementation of this public policy enhances their autonomy and positively modifies their subjectivities by guaranteeing food and increasing possibilities for improving the infrastructure of their homes; it also has a positive impact on the agricultural dynamics of the community.

Keywords

Women farmers, Public Policy, Autonomy, Rural Development..

¹ Os autores agradecem ao CNPq pelo apoio financeiro concedido à realização de pesquisa de campo, por meio do projeto “Tecnologia e Inovação Social na Amazônia Oriental: articulando produção e sustentabilidade na consolidação da agricultura familiar quilombola”, aprovado na chamada CNPq/MCTIC/MDS no 36/2018 - Tecnologia Social. E à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação da UFPA, a qual financiou uma bolsa de iniciação científica vinculada ao projeto aprovado na chamada CNPq de 2020.

INTRODUÇÃO

Desde que emergiram, na década de 1990, as políticas públicas de desenvolvimento rural direcionadas para a agricultura familiar passaram por importantes transformações. Grisa e Schneider (2015) identificam três gerações de políticas, embora mencionam que as iniciativas do Estado não tenham seguido uma linearidade temporal, já que se inter cruzaram ao longo do tempo. Segundo esses autores, a primeira geração está associada a demandas de segmentos sociais da agricultura familiar, principalmente a questões agrícolas e agrárias. A segunda consistiu na criação e expansão de políticas de assistência social, as quais, por sua vez, contribuíram na redução da pobreza e desigualdade no meio rural. A terceira geração está relacionada à construção de novos mercados para os produtos e serviços oriundos da agricultura familiar, tendo como foco a segurança alimentar e nutricional, bem como a sustentabilidade.

A principal política pública de assistência social destinada às populações pobres para superar de maneira imediata a fome e desnutrição foi o Programa Bolsa Família (PBF) (CAMPELLO; NERI, 2013; REGO; PINZANI, 2013). Trata-se de um programa universal de transferência de renda, criado no primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), que atende pessoas cadastradas no CadÚnico, pobres, ou seja, que possuem renda *per capita* de até R\$ 178,00, e extremamente pobres, cuja renda *per capita* é de R\$ 89,00 (BRASIL, 2020a).

Apesar de a maioria dos estudos se concentrarem nas áreas urbanas, alguns autores se dedicaram a pesquisar a incidência do PBF no meio rural. Duarte, Sampaio e Sampaio (2009), em trabalho com famílias pobres no meio rural do Nordeste brasileiro, apontam o impacto positivo do programa, especialmente sobre o consumo de alimentos. Santos et al. (2010), analisando dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) sobre o meio rural brasileiro, demonstraram a importância das transferências sociais para a renda familiar e a diminuição do ingresso no mercado de trabalho por mulheres rurais casadas e com filhos. Em estudos junto a populações rurais do Oeste de Santa Catarina, Grisa *et al.* (2020) e Tecchio *et al.* (2019) observaram que a renda proveniente do PBF é essencial para a segurança alimentar e nutricional das famílias, por possibilitar a compra de alimentos.

Porém, os estudos sobre impactos do PBF na vida de mulheres quilombolas no contexto amazônico são praticamente inexistentes. Assim sendo, este artigo teve como objetivo compreender a relação entre a operacionalização do Programa Bolsa Família (PBF) e a construção de *capabilities* por mulheres agricultoras da comunidade quilombola de Porto Alegre – Cametá, PA. Esta comunidade situa-se na BR 422, às margens do Igarapé Anauerá, a 45 km de distância do centro do município, percurso esse realizado por via terrestre. Porto Alegre, possui uma área de 2.858,7 hectares (ITERPA, 2020) e uma população estimada em 400 habitantes. Ademais, nesse espaço, residem 90 famílias distribuídas em 80 residências.

Sendo uma dentre as 189 comunidades quilombolas do Território do Baixo Tocantins, (GOMES, 2015), Porto Alegre é aqui apresentada como *locus* desse trabalho pelas relações estabelecidas, sobretudo por meio de projetos de pesquisa e extensão, envolvendo a comunidade e a Faculdade de Agronomia, da Universidade Federal do Pará - Campus de Cametá. Faculdade esta à qual vincula-se para além do primeiro autor deste artigo, distintos jovens quilombolas de Porto Alegre. Com intuito de alcançar o objetivo apontado, as escolhas metodológicas que guiam a construção desse artigo se pautaram na pesquisa bibliográfica, realizada no Google Acadêmico®, na observação participante e na história oral. Somado ao momento da realização das entrevistas, as vivências com as mulheres da comunidade incluíram participação em atividades agrícolas e conversas diárias, estas sempre acompanhadas de um café da tarde, no qual se destacava o saboroso beijú de tapioca². Esses momentos decorriam nos quintais das suas residências.

A pesquisa de campo foi realizada entre novembro de 2019 e fevereiro de 2020. No total, foram entrevistadas seis agricultoras quilombolas selecionadas de forma aleatória, a partir de uma lista das beneficiárias da comunidade, obtida com uma liderança local. A história oral foi escolhida como método de análise das entrevistas, sendo transcritas e analisadas, posteriormente, utilizando os pressupostos da análise de conteúdo conforme descreve Bardin (1977, p. 42), o que possibilitou sua sistematização e a concepção de “unidades de significação”.

Com foco na vida humana, utilizou-se para as análises aqui apresentadas a

² O beiju de tapioca é um alimento de origem indígena e feito a partir da fécula extraída da mandioca, que, ao ser espalhada em uma chapa aquecida, junta-se e vira um tipo de panqueca.

abordagem das *capabilities*, a qual oportunizou focar as oportunidades reais da vida (SEN, 2011), para entender as capacidades aportadas pelo PBF a mulheres quilombolas que vivem no Território Baixo Tocantins. Nessa linha, a abordagem das *capabilities* considera e avalia os arranjos sociais, a concepção de políticas públicas e de propostas de mudança social, dedicando-se aos aspectos relativos ao desenvolvimento e à justiça (ROBEYNS, 2011).

Com intuito de apresentar as discussões acerca da problemática destacada, o artigo está dividido em quatro itens, a partir desta introdução. O primeiro item traz a caracterização do território do Baixo Tocantins, assim como realiza um resgate histórico da construção da comunidade quilombola de Porto Alegre. O segundo enfatiza as invisibilizações das populações quilombolas, e maiormente das mulheres quilombolas, nas ações do Estado. No terceiro, discute-se a relevância do Bolsa Família na construção das *capabilities* entre as mulheres entrevistadas. E, por fim, nas considerações finais, é apresentada uma reflexão sobre a relevância do PBF para a continuidade da construção de uma agricultura mais territorializada, fundamentada em bases ecológicas e que enfatize o empoderamento feminino no contexto dessa comunidade.

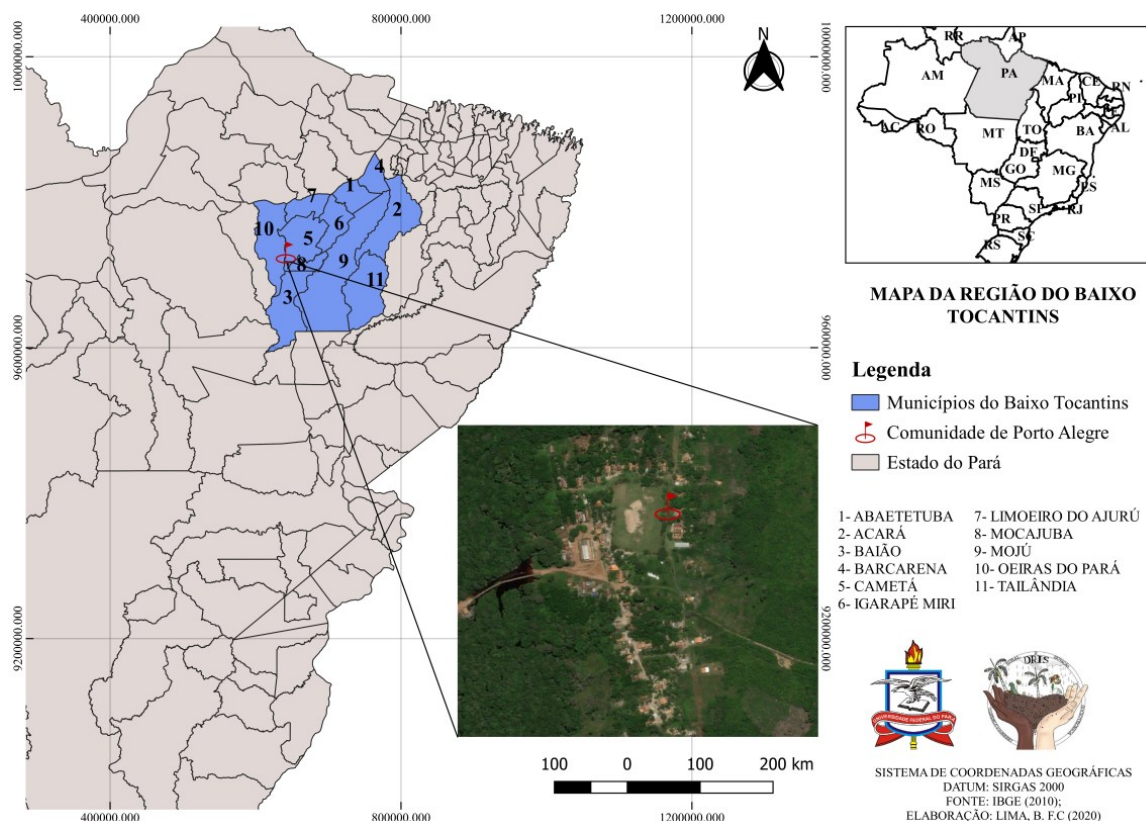
Território quilombola de Porto Alegre: onde o passado é presente

A comunidade quilombola de Porto Alegre está inserida no contexto do Território do Baixo Tocantins (Figura 1), que abrange uma área de 36.024,20 km² e envolve 11 municípios: Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Moju, Oeiras do Pará e Tailândia. Segundo dados do censo do IBGE (2010), os municípios do Baixo Tocantins apresentam uma população rural de 390.579 (52,79%) e urbana de 349.302 (47,21%) habitantes.

Nesse Território o sistema produtivo é baseado no extrativismo do açaí, pesca e no desmatamento para a retirada da madeira e implantação de roças predominantemente de mandioca, arroz, milho e feijão (SILVA, TAVARES, COPETTI, 2018). No Baixo Tocantins há uma complexa situação territorial com modelos de desenvolvimento de sistemas e padrões diversos, com transformações ambientais decorrentes das mudanças na vazão do rio Tocantins; ação de indústrias madeireiras que provocam o desmatamento; bem como a presença de um pólo de biocombustível e de um complexo industrial mineral

(MAGALHÃES *et al.* 2012). Portanto, coexistem ali distintos projetos de desenvolvimento, dentre estes os das comunidades quilombolas.

Figura 1 - Localização do Território do Baixo Tocantins, com destaque para a Comunidade Quilombola de Porto Alegre.



Fonte: Elaborado por Lima (2020), adaptado de IBGE (2010).

A construção do território quilombola de Porto Alegre, assim como a ocupação daquelas terras, é elemento importante para a compreensão dos processos de exclusão vivenciados pelos povos tradicionais do Baixo Tocantins, bem como a concepção de seus projetos de desenvolvimento. A invisibilização do Estado para com estes atores sociais, impacta de forma variada no cotidiano sociocultural e produtivo da comunidade e os leva a construir estratégias diferenciadas e resilientes de reprodução social e agrícola.

A comunidade de Porto Alegre surgiu no final do século XVIII, com a vinda de pessoas de comunidades vizinhas, em sua maioria negros fugidos do sistema de escravidão, que viam na mata e na distância a proteção que buscavam e necessitavam.

Produziam em pequenas roças a mandioca, o milho e o arroz, além de praticarem a caça, a pesca e o extrativismo, o que lhes assegurava boa alimentação (PINTO, 2010).

Conforme Pinto (2013), as festividades religiosas nos povoados negros rurais da região têm papel preponderante na construção do território quilombola. Tais festividades surgiram em torno de pequenas irmandades de homens e mulheres, que se reuniam para cultuar santos, como Nossa Senhora do Rosário, Nossa Senhora da Conceição, São Benedito, Santa Maria, Menino Jesus, Nossa Senhora de Nazaré, São Raimundo e Trindade dos Inocentes. Corroborando com as reflexões da autora, na comunidade analisada neste artigo, observa-se que as festas católicas permeiam o cotidiano do território, sendo a mais expressiva entre os quilombolas dali a festa de Nossa Senhora da Conceição, padroeira de Porto Alegre, a qual ocorre anualmente, no mês de dezembro.

Um dos fatos importantes na história da construção do território quilombola da comunidade de Porto Alegre é a constituição da Associação dos Remanescentes de Quilombos de Porto Alegre (ARQUIPA), em 2006. A MALUNGU, uma organização sem fins lucrativos e econômicos, que representa as comunidades quilombolas do Pará, desempenhou um importante papel ao apoiar a comunidade com recursos financeiros, cursos e auxílio com a documentação necessária ao processo de formalização dessa associação.

O apoio da MALUNGU foi essencial também para que, a partir da ARQUIPA, a comunidade de Porto Alegre obtivesse o Título de Reconhecimento de Domínio Coletivo junto ao Instituto de Terras do Pará (ITERPA), em novembro de 2007. A partir dessa titulação, segundo Siqueira (2019, p. 14), “Abriram-se os horizontes para o acesso da comunidade a inúmeros benefícios, como o estabelecimento de relações com instituições de pesquisa e de ensino, órgãos representativos e o acesso a políticas públicas”.

As resistências quilombolas em face às invisibilizações pelo Estado

Ainda que sejam expressivos os avanços conquistados por essa comunidade ao longo dos anos, atualmente, Porto Alegre, como tantas outras comunidades, padece em relação ao acesso às políticas públicas, principalmente de educação, saúde, infraestrutura e de inserção produtiva. Além da resistência desses quilombolas, expressada, sobretudo na

continuidade de construções de estratégias de reprodução agrícola, mesmo sem o acesso a qualquer política de fomento a atividade ou a assistência técnica. Essa exclusão enfrentada por estes atores, por fim citar, dificulta ainda o ir e vir deles da comunidade ao centro urbano mais próximo, pois a estrada que os conecta, a BR-422, possui apenas as mínimas condições de tráfego. Não é asfaltada, e, em períodos de chuva, se torna ainda mais problemática.

Um exemplo das consequências dos processos de invisibilização sofrido pelos quilombolas dessa comunidade é explanado por Siqueira (2019, p. 23):

Quando chegam no ensino médio, os estudantes possuem a necessidade de deslocarem-se para outra comunidade ou para a cidade, o que faz com que nem todos jovens da comunidade consigam continuar os estudos. A comunidade mais próxima que oferece o ensino médio é a Comunidade de Pau-de-Rosa, no município de Oeiras do Pará e fica a, aproximadamente, 8km de distância de Porto Alegre. O sistema de ensino é desenvolvido na modalidade modular (uma disciplina condensada por vez), no turno da noite, e apresenta dificuldades na continuidade das aulas, o que faz com que boa parte dos jovens opte por continuar os estudos na cidade. Para conseguirem se manter, esses jovens tendem a exercer alguma atividade remunerada paralela aos estudos, as moças, em sua maioria, em casa de família, exercendo atividades domésticas ou de babá e os rapazes nos comércios locais (como supermercados e lojas de confecções) desempenhando atividades mais braçais. Geralmente, moças e rapazes, ambos, trabalham de forma irregular, com remunerações extremamente baixas que variam entre R\$300,00 e R\$600,00 por mês (quando recebem) sem nenhum de seus direitos trabalhistas respeitados.

Na comunidade de Porto Alegre, a principal atividade agrícola é o cultivo da mandioca. A ampliação da produção, a abertura de áreas novas para o cultivo, o plantio, as colheitas dos produtos da roça e até a construção de casas de farinha são realizados por meio da prática do “convidado”, ou mutirão, cuja estrutura central é a ação coletiva local e as interrelações entre os comunitários. A esta tradição, Siqueira (2019, p. 14) caracteriza como:

uma forma de trabalho coletivo, na qual, como a própria denominação sugere, alguns comunitários são convidados a realizar trabalhos de forma voluntária, recebendo em troca apenas refeições e, em alguns casos, bebida alcoólica. Esta atividade contribui para manutenção da produção agrícola e, na maioria das vezes, acaba por

se tornar um evento de diversão e entretenimento na comunidade.

Vale destacar que o trabalho de mutirão quilombola tem almoço, janta, chocolate com tapioca, brincadeiras com as músicas de samba cacete³, cachaça, além do ritmo e da animação dos trabalhadores. Nessa agricultura familiar quilombola, as relações de trabalho se realizam cotidianamente embasadas no princípio da reciprocidade. Sabourin (2012, p. 55) explica que a reciprocidade, do ponto de vista antropológico, corresponde “[...] a um ato reflexivo entre sujeitos, a uma relação intersubjetiva, e não a uma simples permuta de bens ou de objetos, como pode ser, ao limite, o caso da troca”. Esse princípio, segundo o autor, caracteriza “[...] relações e prestações que não impliquem a noção de cálculo ou que não privilegiem apenas a satisfação de interesses materiais privados que correspondem bem ao espírito do princípio de troca”.

Arelado aos proventos agrícolas das roças nessa comunidade quilombola, segundo Durão, Moraes e Moraes (2018), 88% dos agricultores e agricultoras complementam sua renda com os programas governamentais, dentre os quais o mais importante é o Bolsa Família. Quando correlacionados aos dados do município de Cametá, no qual a abrangência do programa é de 126%⁴, e no estado do Pará, no qual a abrangência é 116,5%, percebe-se que o percentual de famílias beneficiárias do PBF em Porto Alegre difere sem distanciar-se significativamente desses percentis (BRASIL, 2020b). Esses dados estatísticos indicam que o nível de vulnerabilidade socioeconômica nesses distintos recortes geográficos é alto e a abrangência desse programa nesses lugares é significativa. A Tabela 01 apresenta o número e o percentual de famílias assistidas pelo PBF e integrantes de Grupos Populacionais Tradicionais ou Específicos (GPTE) de áreas rurais de Cametá.

³ Tradição cultural originada no município de Cametá. Trata-se de um ritmo cadenciado por batuques de dois pedaços de pau (cacetes), acompanhado de cantos e de dança afro-brasileira que, em suma, traduzem a tristeza e a dor do tempo de escravidão.

⁴ A sobreposição na cobertura de famílias pobres pelo Bolsa Família (acima do valor de 100%) ocorre devido o sistema do Cadastro Único se embasar em comparações de dados de épocas distintas. O quantitativo de famílias cadastradas no programa é atualizado periodicamente pelo Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) de cada município do País, porém o quantitativo de famílias pobres municipais foi obtido por meio do acesso ao último Censo populacional do IBGE, no ano de 2010.

Tabela 01: Famílias pertencentes a grupos populacionais tradicionais ou específicos de áreas rurais beneficiadas pelo PBF em Cametá, em abril de 2020

Grupos (GPTE)	Famílias beneficiárias do PBF em Cametá	% em relação ao total de famílias beneficiárias no município
Quilombolas	959	4,95
Índigenas	1	0,01
Extrativistas	1.146	5,91
Pescadores artesanais	5.559	28,69
Ribeirinhas	1.861	9,60
Agricultores familiares	3.688	19,03
Assentadas da Reforma Agrária	2	0,01
Total de integrantes do GPTE	13.216	68,21
Total de demais beneficiados	6.157	31,79
Total de beneficiados de Cametá	19.373	100

Fonte: Adaptado de BRASIL (2020c).

Pode-se inferir que, do total de beneficiários do município de Cametá, 68% pertencem a GPTE residentes em área rural. Estes são distribuídos em sete grupos, sendo os pescadores artesanais (28,69%) e os agricultores familiares (19,03%) as categorias com maior participação de famílias no Programa. Por sua vez, os quilombolas representam quase 5% do total de beneficiários do Bolsa Família.

Aprofundando a análise sobre o PBF, as informações a nível Federal fazem menção à pobreza como um estado de privação multidimensional, cujas causas não se restringem à privação de renda, mas também se relacionam a carências de oportunidades diversas (BRASIL, 2020a). No que se refere ao Programa, Juliano e Alves (2015) enfatizam que, embora a política pública se justifique por esse viés referente a teoria de Amartya Sen – ao lançar mão da ideia do desenvolvimento de *capabilities* como saída para a superação sustentável da pobreza –, a tradicional métrica de renda ainda é predominante no universo avaliativo do programa.

De acordo com Sen (2000, p. 18), o desenvolvimento pode ser visto como a expansão

de liberdades (*capabilities*) que os sujeitos gozam e, para que seja alcançado, requer que se removam as principais fontes de privação da liberdade, como a “[...] pobreza, tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos”. Nesse sentido, a capacidade é concebida, segundo Alonso (2011), como estar livre, em termos gerais, como livre da fome, da miséria, de doenças. Capacidades e bem-estar, assim, parecem se equivaler, nesse sentido, infere-se que a concepção de desenvolvimento humano da abordagem das capacidades está alicerçada na vivência da liberdade pelo sujeito.

A partir do embasamento teórico apresentado, entende-se, então, que a avaliação da efetividade do Bolsa Família precisaria levar em consideração não apenas o incremento da renda, como normalmente é feito, mas os estados dos atingidos pelo benefício, em termos de vários funcionamentos relevantes que têm relação com o bem-estar efetivamente alcançado. Assim sendo, compreende-se que a avaliação pela abordagem das *capabilities* pode retratar uma realidade mais apurada do verdadeiro impacto dessa política pública na vida das mulheres rurais em situação de pobreza.

Vozes das mulheres quilombolas em pauta: Bolsa Família e as *capabilities*

De acordo com as regras do Cadastro Único, a responsabilidade pelo Programa Bolsa Família, ou a titularidade do cartão desse benefício, deve ser dar por alguém que tenha 16 anos, ou mais, e seja preferencialmente do sexo feminino, conforme descreve o Decreto n. 6.135/2007 (BRASIL, 2007). Essa pessoa cadastrada é também a titular preferencial do PBF, isto é, a responsável pelo saque do benefício, conforme a Lei n. 10.836/2004 (BRASIL, 2004). Ademais, são as mulheres as responsáveis pelas condicionalidades impostas que consistem em fazer e atualizar o Cadastro Único, aplicar os recursos financeiros em prol do conjunto familiar, manter as crianças e os adolescentes de seis a dezessete anos na escola; acompanhar a saúde de integrantes da família (consultas, vacinação) e participar em reuniões e atividades programadas pela equipe municipal de assistência social (MARIANO; CARLOTO, 2009).

As seis mulheres participantes desta pesquisa têm idade entre 30 e 55 anos e apenas uma dessas teve a oportunidade de concluir o Ensino Fundamental. São mulheres que

possuem cargas de trabalho intensas desde a infância, com a lida na roça e os trabalhos domésticos, o que está em consonância com a realidade apontada por Sousa (2017). Essa autora, ao pesquisar mulheres quilombolas no Sertão do estado da Paraíba, averiguou que as agricultoras acumulam jornadas diárias de trabalho; lidam com os afazeres domésticos; cuidam de familiares; trabalham fora do domicílio; cuidam dos animais de pequeno porte, como galinhas, porcos e, por fim, muitas vezes, executam o papel de organizar e mobilizar as comunidades no aspecto político e religioso. Portanto, é nesse cenário que a mulher quilombola tem sua vida controlada pelos aspectos de gênero, raça, cor, etnia e várias outras linhas de subordinação.

Em Porto Alegre, as entrevistadas não possuem trabalho formal e, justamente por isso, valorizam intensamente o salário mínimo⁵, o qual é visto como garantia de segurança alimentar e de alcance de um patamar aceitável no atendimento às necessidades básicas e outras. É importante ressaltar que as beneficiárias defendem que o valor da renda do programa deveria aumentar porque não supre totalmente as necessidades de suas famílias. Assim, foi recorrente durante as entrevistas a comparação da renda do PBF com o salário mínimo, um patamar de renda muito almejado por elas. Os trechos de entrevistas a seguir evidenciam tais reflexões:

Olhe para quantia de filho... eu achei assim, quando eu recebia setecentos e trinta para mim tava bom, né? Aí, agora diminuiu pra quatrocentos e sessenta! Eu até reclamei, né? Que diminuiu muito, né? Eu queria mais, mas tá bom, né? Se for da vontade de Deus, eles vão melhorar mais pra gente, aumentar mais, né? A gente tem que se conformar (agricultora quilombola, 49 anos, dez./2019).

Eu, com os quatro filhos, deveria ganhar mais do que isso, do que esse valor. Duzentos reais que eu recebo para nós quatro, né? Só não sei quanto poderia ser, mas eu achava que deveria ser mais que esses duzentos, né? (agricultora quilombola, 31 anos, nov./2019).

Acho pouco, muito pouco, mas agradeço, né? Me serve, né? Não é “coisando”, como diz a mamãe, mas é claro que é pouco, né? (agricultora quilombola, 36 anos, nov./2019).

As falas acerca do valor do benefício corroboram com a pesquisa de Rego e Pinzani (2014), realizada com beneficiárias do Bolsa Família no Nordeste brasileiro. Em suas análises, os autores reiteram que as ponderações sobre o valor recebido pelas famílias

⁵ Em 2020, o valor do salário mínimo no país era de R\$ 1.045,00.

beneficiárias surgem do anseio maior por direitos além da busca por melhorias na vida e também em suas liberdades de escolhas para bens de consumo. “Reivindicam renda maior diante da ausência quase absoluta de perspectiva de empregos regulares. Cabe salientar que seu horizonte de expectativas é reduzido e que apenas querem ter acesso a uma vida mais digna” (REGO; PINZANI, 2014, p. 201).

De maneira geral, quando questionadas sobre a utilização da renda, foi possível observar, na pesquisa, que o recurso é destinado primordialmente para suprir as necessidades mais imediatas da unidade familiar, mas principalmente a aquisição de alimentos e a compra de material escolar e de uniforme para as crianças.

Para que é utilizado? Para manter as crianças na escola, com alimento, uniforme deles, material de escola, calçado deles, que é pra isso que quando eu pego, é o que eu faço, né? [...] Pra comprar remédio, levar no médico [...] (agricultora quilombola, 49 anos, dez./2019).

A gente divide, né? Uma parte para alimentação. Para material escolar, né? Quando os meninos tão com precisão do material, mochila, caderno, né? [...] E outro que a gente utiliza é mais na despesa mesmo (agricultora quilombola, 44 anos, jan./2020).

De forma unânime, foi mencionado pelas beneficiárias, que o Programa é essencial para o acesso à alimentação. Mesmo com as considerações sobre o valor, verifica-se que as mulheres não deixam de afirmar a importância do programa na vida de sua família, principalmente no que concerne às práticas alimentares, uma vez que possibilita a compra de alimentos quando necessário. Resultados semelhantes a esse foram verificados na região Oeste de Santa Catarina por Grisa *et al.* (2020) e Tecchio *et al.* (2019), conforme mencionamos na introdução deste artigo; por Do Nascimento *et al.* (2016), na região do Marajó, Pará; e por Weissheimer (2006), com beneficiárias de todas as regiões do País.

Em uma análise mais aprofundada, foi possível compreender o uso diferenciado, e indireto, desse recurso nas práticas agrícolas da roça e na manutenção dos quintais agrofloretais⁶. Na comunidade de Porto Alegre, verifica-se a peculiaridade que o PBF

⁶ Um espaço de produção localizado no entorno da casa, composto frequentemente por um cultivo diversificado (pomares, hortas, plantas medicinais, água, pequenos animais), e que em suma, tem seu trabalho de manejo gerenciado pelas mãos das mulheres.

possui para a continuidade das atividades do roçado e especificamente para a prática do “convidado”, o que é ressaltado nos trechos de entrevista a seguir:

Com o dinheiro da bolsa? Eu compro a dispesa para dar o alimento para os trabalhadores pra fazer a roça pra gente, né? (...) De lá também a gente pode tirar pra dar o alimento deles, né?... Alguma coisa pra comprar pra eles (agricultora quilombola, 49 anos, dez./2019).

Já foi utilizado por conta de comprar comida... comida já foi... pra comprar comida pro meu marido trabalhar, pra trabalharem lá, pra pagar pessoa pra trabalhar (agricultora quilombola, 55 anos, jan./2020).

Olha, muitas vezes, a gente, vamos supor, quando ele falava “olha... tal dia é o nosso serviço”, daí ele comprava o negócio de alimentação, daí já é pra isso, né? Pra alimentação, pra merenda, almoço... que aí tem que ter né que o pessoal não vai trabalhar com fome lá (agricultora quilombola, 30 anos, dez./2019).

Na comunidade de Porto Alegre, a interação existente entre o PBF e as práticas agrícolas se operacionaliza por meio da compra da alimentação, não somente de modo a garantir a força de trabalho do núcleo familiar, como também dos demais trabalhadores com quem esses agricultores contam como “convidados” à contribuição na atividade agrícola.

Pelo fato do PBF configurar-se como a primeira experiência de renda fixa destas mulheres, o reflexo disso se observa primeiramente num aumento das suas *capabilities*. As entrevistadas indicam maior liberdade que outrora, abarcando desde o deslocar-se até a cidade para garantir o recebimento do benefício até a construção de novas relações comunicativas com outras pessoas, já que, por gerenciar a renda, são essas mulheres que realizam as compras necessárias para a manutenção da família. Pautando-se nas falas das mulheres, constatou-se que o PBF influencia no aumento da liberdade de escolhas delas entre distintos produtos, no momento de compra dos mesmos ou na própria melhoria de suas habitações.

Nesse sentido, foi comum ouvir das mulheres quilombolas que, após o recebimento desse benefício, puderam comprar eletrodomésticos para sua residência, mudar a estrutura física da casa, etc. Tais melhorias refletem na felicidade dessas mulheres ao falarem acerca da mudança que ocorreu em suas vidas, favorecida pelo PBF. Como

mencionado por elas, antes resignadas a apenas sobreviver, hoje desfrutam de certa estabilidade socioeconômica, muito significativa:

A Bolsa Família melhorou bastante, porque a gente tava é... fazendo farinha direto! Algumas coisas que eu não comprei na época que a gente trabalhava fazendo farinha, pra conseguir... Eu consegui na Bolsa Família, que hoje, depois que eu comecei a receber, hoje em dia, eu tenho um freezer (...). Comprei uma máquina de bater açaí, comprei um telefone é... compro os alimentos dos meus filhos, roupa que eu não conseguia comprar pra mim quando a gente fazia farinha. Com o dinheiro não dava, pois era muito barato... é muito sacrifício e a gente não conseguia comprar nada pra gente, era só comida... (agricultora quilombola, 49 anos, dez./2020)

Os resultados da pesquisa na comunidade de Porto Alegre dialogam com os achados de Rego e Pinzani (2013) e Tecchio (2017), que identificaram, respectivamente, no Nordeste brasileiro e no Oeste de Santa Catarina, a relação entre o estado de conservação das casas e a autoestima de famílias beneficiárias do PBF.

Rego e Pinzani (2013) evidenciam que agregadas ao direito de escolha das mulheres, podendo este ser em relação à compra de um tipo de alimento ou uma roupa, estão as possibilidades de programação de sua vida, o que pode ser a via de passagem à esfera de maior liberdade pessoal. Essas ‘simples’ ações são situações muito diferentes daquelas na quais a mulher encontrava-se anteriormente ao recebimento do benefício. A mudança atrelada à chegada do benefício da vida dessas mulheres é evidenciada no trecho de entrevista a seguir:

Se quiser comprar as coisas, né? Pra pagar com o dinheiro do Bolsa Família, né? Naquele tempo, não tinha geladeira. Antes não tinha nem energia aqui. Aí, depois que entrou programa, eu acho que foi só num tempo que chegou a energia e a Bolsa também, né? Entrou, daí nós fomos, né? Comprar algumas coisas também mais pra cá, pra casa, né? A televisão, o fogão, né? Esse já foi comprado com o dinheiro do Bolsa Família (agricultora quilombola, 44 anos, jan./2020).

Outro fato relevante e observado nas falas das entrevistadas é do acesso ao PBF ter proporcionado a elas conquistarem a confiança dos comerciantes e das pessoas ao seu redor, refletido nas compras mensais “fiadas” que realizam. Nesse sentido, Rego e Pinzani

(2013) frisam que ser uma pessoa confiável é um valor importante para os pobres e, em contrapartida, “ser objeto de desconfiança, sobretudo para as mulheres, implica em sentimentos muito negativos, além de desencadear sofrimento pessoal, pois impõem muita vergonha e humilhação” (REGO e PINZANI, 2013, p. 29).

Como já citado anteriormente, uma das regras do PBF exige que, entre os provedores do sustento, a mulher seja a titular do cartão do Programa. Observamos que, para as mulheres da comunidade de Porto Alegre, essa exigência materializa-se em uma garantia maior de que conseguirão suprir as necessidades mais básicas da família e se constitui a primeira oportunidade de gerir recursos financeiros, mesmo em quantidade mínimas, conforme já identificado por Rego e Pinzani (2013) e Tecchio (2017). Não obstante, tal fato não significa que as mulheres conquistaram autonomia o suficiente para se libertar de formas de submissão, como da opressão conjugal, uma vez que a autonomia feminina é um processo construído em longo prazo.

O papel das políticas públicas de tratamento da pobreza, a exemplo do PBF, é “[...] de acompanhar, de aliviar as pessoas em situação de pobreza, de ajuda-las a superar as suas múltiplas formas de dificuldades e, em longo prazo, de lhes dar os meios e as oportunidades de sair da pobreza” (SÉLIMANOVSKI, 2007, p. 286, *tradução nossa*). Nesse sentido, Medeiros *et al.* (2018) mencionam que as famílias rurais pobres passaram a ser mais visibilizadas nas ações do Estado a partir da criação de políticas públicas destinadas aos agricultores familiares iniciadas na década de 1990 e intensificadas a partir de 2003. Entretanto, esses trabalhos científicos corroboram a reflexão de que as ações governamentais brasileiras de enfrentamento da pobreza, sendo o PBF a principal, se mostraram suficientes para assegurar o provisão alimentar regular no que concerne a quantidade, qualidade e diversidade desejada das famílias pobres, tampouco para fazer com que as famílias superem a condição de pobreza (TECCHIO, 2017; TECCHIO *et al.* 2019). Especialmente em um contexto pandêmico como este vivenciado.

A pandemia provocada pelo Novo Coronavírus está trazendo consequências diretas às dinâmicas de vida das sociedades, principalmente para as populações pobres e vulneráveis. No que se refere à operacionalização do PBF, a principal mudança consiste no lançamento do Programa Renda Emergencial pelo Governo Federal. Este Programa destina um auxílio de R\$ 600,00 para trabalhadores informais, microempreendedores individuais (MEI) e pessoas inscritas no CadÚnico. O auxílio está sendo pago desde o

mês de abril de 2020. Previsto inicialmente para possuir três parcelas, este foi estendido até o mês de dezembro do mesmo ano, e a partir da sua quinta parcela modificará seu valor inicial para R\$ 300,00 (CARVALHO, 2020).

Em certos casos, o recurso do Programa Renda Emergencial substitui o do benefício do PBF, influenciando diretamente no cotidiano das famílias. No período de abril até dezembro de 2020, para as mulheres da comunidade de Porto Alegre, que recebiam, em média, R\$ 200,00 de proventos mensais do PBF, este valor passou a ser substituído pelo auxílio emergencial de R\$ 600,00. E, ainda, para aquelas que são provedoras de família monoparental, o auxílio passou para R\$1.200,00.

A pandemia evidenciou as vulnerabilidades da Comunidade de Porto Alegre, entre elas, a fragilidade econômica das famílias, pois, embasa-se no pressuposto que por conta do isolamento social estas famílias estejam impossibilitadas de comercializar os produtos de suas unidades de produção. Assim, o auxílio emergencial surgiu como substituinte emergencial (como seu próprio nome indica) também para essas populações. Entretanto, as questões que se colocam agora são: qual é o impacto do auxílio emergencial na vida das famílias quilombolas? E, ainda, qual papel terá o PBF em cenários prospectivos, de pós-pandemia? Esses e outros questionamentos se mostram imprescindíveis para possíveis análises que se configurarão envolvendo essa, bem como diversas outras comunidades rurais brasileiras.

CONCLUSÕES

A mulher rural quilombola, sujeito central desta pesquisa, tem seu trabalho na unidade de produção ainda invisibilizado e autodenominado culturalmente como ‘ajuda’, mesmo tendo um trabalho árduo, que se desdobra na roça, nos quintais agroflorestais e dos serviços domésticos. O Programa Bolsa Família operacionalizado, em suma, pelas mãos dessas mulheres, e analisado nesse artigo, caracteriza-se como ponto crucial na formulação de estratégias para a reprodução, a priori social, já que são políticas voltadas para famílias pobres, porém, que se coadunam também com as práticas agrícolas.

Em relação ao PBF, compreende-se que o benefício, com valor médio de R\$ 200,00, tem sua operacionalização baseada na compra de alimentação e de material escolar aos

filhos. Todavia, o provento do Bolsa Família possui uma significação ainda maior para o território de Porto Alegre, pois além de garantir a alimentação ao núcleo familiar, este também é operacionalizado num momento tradicional da prática do “convidado”, viabilizando o trabalho coletivo na roça. Garantindo formas de reciprocidade que se materializam no “pagamento” do trabalho agrícola com as fartas refeições que perfazem a constituição desses espaços, acima de tudo, culturais.

A análise da incidência do PBF na vida de mulheres agricultoras quilombolas da Comunidade de Cametá, por meio da abordagem das *capabilities*, indica que o Programa é condicionante para mudanças materiais (alimentação, casa, vestuário, agricultura) nas vidas das famílias dessas mulheres, as quais não tiveram acesso à educação, ao emprego e à renda fixa. A presença de uma renda fixa nas suas vidas ocasionou o aumento das suas liberdades, refletida na ampliação de sua autonomia, sua autoconfiança e na diminuição de sentimentos de vergonha e humilhação.

Por fim, ressalta-se que, para as agricultoras familiares quilombolas da comunidade de Porto Alegre, o Bolsa Família representa uma significativa fonte de renda mensal fixa para seu estabelecimento, sobretudo em um contexto de convivência com as invisibilizações por parte do poder público, as quais se refletem em vários níveis, inclusive na ausência de políticas públicas condizentes com sua realidade.

Ademais, tendo em vista que, na atual conjuntura neoliberal político-institucional que se faz presente no nosso País, as políticas públicas de transferência de renda, em especial o Bolsa Família, sofrem ataques constantes refletidos em cortes de números de famílias beneficiadas e diminuição de recurso para operacionalização das ações. Mais do que nunca se mostram necessários os esforços para a defesa desta política social que se constitui em um instrumento crucial de Desenvolvimento Rural Amazônico.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Eduardo Fernández. Capacidades y globalización: En dónde queda la ética? **Revista Facultad de Derecho y Ciencias Políticas**, v. 41, n. 114, p. 167-180, 2011-

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977. 225 p.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Bolsa Família**. 2020a. Disponível em:

<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/bolsa-familia>. Acesso em: 15 mai. 2020.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria Nacional de Renda e Cidadania. **Relatório do Bolsa Família e Cadastro Único**. 2020b. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/bolsafamilia/relatorio-completo.html>. Acesso em: 15 jun. 2020.

BRASIL. Ministério da Cidadania - Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. **Relatório de Informações Sociais**. 2020c. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/index.php>. Acesso em: 17 jun. 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 6.135**, de 26 de junho de 2007. Dispõe sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6135.htm. Acesso em: 10 jan. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 5.209**, de 17 de setembro de 2004. Regulamenta a Lei nº 10.836, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5209.htm. Acesso em: 18 jul. 2020.

CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes. (Org.). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: IPEA, 2013. 494 p.

CARVALHO, André. Bolsonaro admite prorrogação do Auxílio Emergencial até dezembro; veja o valor. **O petróleo**. 2020. Disponível em: <https://opetroleo.com.br/bolsonaro-admite-prorrogacao-do-auxilio-emergencial-ate-dezembro-veja-o-valor/>. Acesso em: 26 ago. 2020.

DO NASCIMENTO, Elcio Costa et al. A influência do Programa Bolsa Família nas práticas alimentares das famílias do Território do Marajó, Pará, Brasil. **Scientia Plena**, v. 12, n. 6, p. 1-11, 2016.

DUARTE, Gisléia Benini; SAMPAIO, Breno; SAMPAIO, Yony. Programa Bolsa Família: impacto das transferências sobre os gastos com alimentos em famílias rurais. **Revista de economia e sociologia rural**, v. 47, n. 4, p. 903-918, 2009-

DURÃO, Hilton Lucas Gonçalves; MORAES, Cleonira Gonçalves; MORAES, Evanildo Gaia. Diagnóstico socioeconômico da produção de mandioca na comunidade de Porto Alegre, município de Cametá, Pará. **Anais do XVII Congresso Brasileiro de Mandioca**, 2018.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil**. Editora Companhia das Letras, 2015. 232 p.

GRISA, Catia et al. As práticas produtivas e alimentares no espaço rural do Oeste de Santa Catarina: A ação pública na busca e na crítica à modernidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 28, n. 1, p. 78-108, 2020.

GRISA, Cátia; SCHNEIDER, Sérgio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. In: GRISA, Cátia [e] SCHNEIDER, Sérgio (Org). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015, p. 19-50.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo 2010 – resultados preliminares**. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/total_populacao_para.pdf. Acesso em: 20 jul. 2020.

INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ. ITERPA. **Quilombolas**. Disponível em: <http://www.iterpa.pa.gov.br/content/quilombolas-0>. Acesso em: 25 jul. 2020.

JULIANO, Maíra Cabral; ALVES, Helio Ricardo do Couto. A abordagem das capacidades: uma alternativa na avaliação do programa bolsa família. **Guaju**, v. 1, n. 2, p. 41-58, 2015.

MAGALHÃES, Sônia Barbosa et al. Transformações sociais e territoriais no ambiente rural da Amazônia Oriental. **Encontro Nacional da ANPPAS**, v. 6, 2012.

MARIANO, Silvana Aparecida; CARLOTO, Cassia Maria. Gênero e combate à pobreza: programa bolsa família. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 17, n. 3, p. 901-908, 2009.

MEDEIROS, Monique et al. Políticas públicas e a construção de mercados agroalimentares territorializados no Sul do Brasil. **Revista Grifos**, v. 27, n. 45, p. 78-96, 2018.

- PINTO, Benedita Celeste de Moraes. Samba de Cacete: ecos de tambores africanos na Amazônia Tocantina. In: Sonora Brasil (Org), **Tambores e Batuques: Circuito 2013-2014**, Rio de Janeiro: Sesc, Departamento Nacional, 2013, p. 28-37.
- PINTO, Benedita Celeste de Moraes. **Filhas das Matas: práticas e saberes de mulheres quilombolas na Amazônia Tocantina**. Belém: Açai, 2010. 350 p.
- REGO, Walquiria Leão; PINZANI, Alessandro. **Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania**. São Paulo: Editora Unesp, 2014. 241 p.
- REGO, Walquiria Leão; PINZANI, Alessandro. Liberdade, dinheiro e autonomia. O caso da Bolsa Família. **Política & Trabalho**, v. 38, p. 21-42, 2013.
- ROBEYNS, Ingrid. The capability approach. **The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Summer 2011 Edition)**, 2011. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/sum2011/entries/capability-approach/>. Acesso em: 03 abr. 2020.
- SABOURIN, Eric. Teoria da reciprocidade e análise de políticas públicas rurais. **Ruris**, v. 6, n. 2, p. 53-90, 2012.
- SANTOS, Gilnei Costa et al. Mercado de trabalho e rendimento no meio rural brasileiro. **Economia Aplicada**, v. 14, n. 3, p. 355-379, 2010.
- SÉLIMANOVSKI, Catherine. Les politiques publiques de traitement de la pauvreté à l'épreuve du territoire. In: **Territoires en action et dans l'action**. DODIER, R., ROUYER, A., SÉCHET, R. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2007, p. 285-301.
- SEN, Amartya. **A ideia de justiça**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. 484 p.
- SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 342 p.
- SILVA, Caroline Wanzeler; TAVARES, Francinei Bentes; COPETTI, Lúcia Daiane. Feiras de economia solidária e mercados locais da agricultura familiar no Baixo Tocantins (Pará). **RTPS-Revista Trabalho, Política E Sociedade**, v. 3, n. 4, p. 235-264, 2018.
- SIQUEIRA, Patrícia Benedita de Leão. **Juventude rural e organização social: uma análise da associação de remanescentes de quilombo de Porto Alegre, Cametá/PA**. 2019.

48 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Agronomia) - Faculdade de Agronomia, Universidade Federal do Pará, Cametá, 2019.

SOUSA, Vivianne de. **Mama África: os quilombos do sertão e as lutas das mulheres das comunidades negras de Catolé do Rocha–PB.** 2017. 160 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) - Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

TECCHIO, Andréia et al. Estratégias alimentares de famílias pobres no Oeste de Santa Catarina, Brasil. **Redes: Revista de Desenvolvimento Regional**, v. 24, n. 3, p. 217-240, 2019.

TECCHIO, Andréia. **Pobreza e territorialização da ação pública no Território Meio Oeste Contestado (SC).** 2017. 289 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

WEISSHEIMER, Marco Aurélio. **Bolsa Família: avanços, limites e possibilidades do Programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil.** São Paulo: Perseu Abramo, 2006. 164 p.